

# EM REDE E EM MOVIMENTO: ORGANIZAÇÃO DE COLETIVOS DE COMUNICAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL

*Data de aceite: 02/05/2023*

**Mariana Ferreira Reis**

Doutora em comunicação pela UFPE,  
Recife

<http://lattes.cnpq.br/4704188789141620>

Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de bolsa de doutoramento.

**RESUMO:** Este artigo aponta alguns resultados trazidos pela tese de doutoramento da autora, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2021. O mesmo traça uma linha do tempo sobre os coletivos, grupos e movimentos ligados a comunicação e cultura no Nordeste do País, mais especificamente, Pernambuco e Bahia, territórios onde realizou estudo de caso nesta investigação. O estudo aponta que os grupos que melhor se organizam e têm maior sobrevivência (tempo de atuação) se articulam em redes de solidariedade junto a outros grupos, comunidades ou mesmo instituições, e estão em constante “movimento”, ou seja, se re-organizam e se reinventam, de forma criativa e inovadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimentos sociais; coletivos; redes de comunicação.

### NETWORKING AND MOVING: ORGANIZATION OF COMMUNICATION COLLECTIVES IN NORTHEAST BRAZIL

**ABSTRACT:** This article points out some results brought by the author's doctoral thesis, defended in the Graduate Program in Communication at the Federal University of Pernambuco (UFPE) in 2021. It outlines a timeline on the collectives, groups and movements linked to communication and culture in the Northeast of the country, more specifically, Pernambuco and Bahia, territories where the case study was carried out in this investigation. The study points out that the groups that are better organized and survive longer (time of action) are articulated in solidarity networks with other groups, communities or even institutions, and are in constant “movement”, that is, they reorganize themselves and reinvent themselves in a creative and innovative way.

**KEYWORDS:** social movements; collectives; communication networks

## INTRODUÇÃO

No que diz respeito às temáticas sociais, coberturas jornalísticas descontextualizadas, abordagens estereotipadas e supressão da agenda de luta por direitos demonstram que a atuação da mídia tradicional não contempla a multiplicidade de vozes que compõem a sociedade contemporânea.

Autores como Lima (2011) estudam o fenômeno do “coronelismo eletrônico” como a alta concentração dos veículos de radiodifusão no Brasil, que passam a se constituir, muitas vezes, como verdadeiros oligopólios de poder. Se antes o coronel, donos das terras, era quem concentrava poder em suas regiões de origem — fenômeno muito presente nos territórios rurais — hoje a concentração de poder se dá via meios eletrônicos. Tal constatação fez com que o movimento das rádios comunitárias, por meio da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), passasse a reivindicar o direito à “reforma agrária do ar”, numa analogia à luta pela terra (REIS, 2018).

No período do regime militar, a concessão de um veículo de rádio ou TV se dava como uma espécie de *troca de favores*, sendo esta sanção fornecida diretamente pela Presidência da República. A partir da Constituição Federal de 1988 tais concessões e outorgas passam a ser mediadas pelo Poder Legislativo, aventando possibilidades de descentralização (BARROS, 2019).

Mas em que medida a outorga e a concessão da radiodifusão brasileira são democráticas, sem controle social ou transparência? Parece que *se trocam os personagens* e passa a surgir um “coronelismo eletrônico de novo tipo”, como apresentado por Janaína Barros em sua tese de 2019, referenciada em autores como Lima (2011).

Para a autora (2019):

A divisão entre o Executivo e o Legislativo sobre o poder da concessão, renovação ou cancelamento das outorgas para radiodifusão – comercial, educativa e comunitária –, provocou um contrassenso no exercício do poder dos legisladores federais, que passaram a legislar a favor de seus próprios interesses e dos grupos econômicos dos quais participam, inclusive atuando contra as leis que objetivam democratizar a comunicação (BARROS, 2019, p. 63).

Assim, além de a alta concentração das mídias tradicionais gerar conglomerados de comunicação, com sistemas que abrangem mídia impressa, rádio, TV e Internet, por si só, o sistema público de radiodifusão, previsto pela Constituição Federal, não contempla demandas da sociedade como um todo.

Mesmo com a proibição prevista pela Constituição Federal, os veículos impressos são de propriedade cruzada entre as empresas, e as televisões e rádios são concedidas para estas mesmas empresas, muitas vezes, ligadas a políticos e/ou grupos religiosos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada em 2017, em parceria entre o Coletivo Intervozes, no Brasil, e o Repórteres sem Fronteiras (RSF), da França, concluiu que cinco famílias controlam metade dos 50 principais veículos de comunicação no país. A pesquisa Monitoramento da Propriedade de Mídia, em Inglês, *Media Ownership Monitor* (MOM) sobre o Brasil é a 11ª versão

TVs e rádios educativas e comunitárias passam a ser geridas por esses grupos, que atuam em favor de interesses próprios e não públicos ou comunitários (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013).

Com isso, começam a surgir e se articular nacionalmente movimentos de luta pela democratização da comunicação, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervezes (Coletivo Brasil de Democratização da Comunicação). Nascido em 2003, o Intervezes é um coletivo formado por ativistas e comunicadores, com representações em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal (INTERVOZES, 2019).

Já o FNDC esteve à frente, ainda, de lutas políticas pelo direito à comunicação como concepção do conceito de radiodifusão comunitária, a regulamentação da cabodifusão, a reforma da Lei de Imprensa e a criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS). Além disso, participou, junto ao Intervezes e vários outros movimentos de discussões e articulações que possibilitaram a criação da EBC.

É a partir do pressuposto de que a democracia no Brasil não pode existir sem a efetiva democratização dos meios de comunicação que surge, nos anos 1990, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O FNDC inclui:

[...] entidades da sociedade para enfrentar os problemas da área no país [...] entre associações, sindicatos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e coletivos que se articulam para denunciar e combater a grave concentração econômica na mídia, a ausência de pluralidade política e de diversidade social e cultural nas fontes de informação [...] e as inúmeras violações à liberdade de expressão. (FNDC, 2019).

Na década de 1980 o fórum existia como movimento social pela democratização da comunicação. Nessa época, teve papel essencial no embate político, institucional e teórico sobre o setor, atuando na finalização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que preparava a nova Constituição Federal e contribuindo para o capítulo V da Carta Magna, com artigos que tratam especificamente da Comunicação (FNDC, 2019).

Ainda de acordo com informações do site do FNDC:

Como o resultado da Assembleia Constituinte não foi tão promissor quanto as expectativas do movimento à época, as entidades de classe que formavam a então Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPD) decidiram que era preciso manter um esforço permanente de mobilização e ação na busca de políticas que democratizassem de fato a área. Assim, criaram, em 1991, a associação civil FNDC, com atuação no planejamento, mobilização, relacionamento, formulação de projetos e empreendimento de medidas legais e políticas para promover a democracia na Comunicação. Quatro anos depois, no dia 20 de agosto 1995, o FNDC passou a existir como

---

do levantamento, realizado anteriormente em dez outros países em desenvolvimento: Camboja, Colômbia, Filipinas, Mongólia, Gana, Peru, Sérvia, Tunísia, Turquia e Ucrânia. Trata-se de um projeto global financiado pelo governo da Alemanha e acompanha um *ranking* de Risco à Pluralidade de Mídia, no qual o Brasil ocupa o 11º lugar, o último da lista. Nos 10 indicadores do *ranking*, o Brasil apresenta alto risco em seis desses marcadores. Ver em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>.

entidade (FNDC, 2019).

Os estados de Pernambuco e da Bahia também se articulam em movimentos locais voltados para a democratização da comunicação, mais especificamente, a partir da década de 2000. Em Pernambuco, o Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom) surge em 2004, formado por várias organizações da sociedade civil e, particularmente, pelo Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), entidade fundada em 1974 em cenário de resistência ao contexto de ditadura militar.

Em artigo para livro que conta a história dos primeiros 45 anos do CCLF (REIS; ALENCAR, 2018), o jornalista Ivan Moraes<sup>2</sup>, que atuou no Centro por 12 anos e hoje é um dos sócios da casa, relembra os tempos de criação do Fórum:

Nesses tempos, diversas articulações da sociedade civil em Pernambuco já debatiam, em algum grau, a comunicação. O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) tinha um grupo de trabalho para esse fim; a Associação Brasileira de Ongs (Abong) também. Incentivadas pelo Ministério Público estadual, algumas organizações da sociedade civil também se articulavam para montar um comitê da campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, que buscava reduzir violações de direitos humanos na televisão (MORAES, 2018, p. 99).

Além disso, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco (Sinjope) articulava a criação do capítulo local do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (que veio a acontecer dez anos depois) e “nacionalmente dezenas de grupos começavam a se organizar na então campanha Cris Brasil (*Communication Rights in the Information Society*), que trazia um componente novo: a atribuição de indicadores para medir esse direito” (MORAES, 2018, p. 99).

A necessidade de buscar um novo marco regulatório da radiodifusão, direito à informação e fortalecimento da mídia pública já eram pautas constantes e cada vez mais sendo debatidas por mais sujeitos. Para otimizar esforços, nesse mesmo ano foi criado o Fopecom, juntando grupos como Ong Gestos, Auçuba, Ventilador Cultural, Enecos, Origem, Gajop, Centro Josué de Castro, Sinjope, Cendhec, Sinos, Coletivo Mulher Vida, SOS Corpo.

Hoje, ainda segundo o autor, o Fopecom é referência regional para o debate sobre o tema e ainda atuou para a implementação da TV Brasil como emissora pública em 2007:

[...] na pressão para a realização da I Conferência Nacional de Comunicação (2009), na luta pela aprovação da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), pela aprovação do Marco Civil da Internet (12.965/14) e em todos os processos locais e nacionais que se articulam para que todo mundo possa exercer plenamente o direito de se comunicar (MORAES, 2018, p. 100).

---

2 Ivan Moraes Filho também é mestre em Comunicação pela UFPE. Ver: MORAES FILHO, I. **A privatização das ondas do ar**: regulação da radiodifusão no Brasil e nos Estados Unidos. 2015. 185f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Recife, 2015.

Ainda no mesmo texto, Moraes (2018) correlaciona o Fopecom ao movimento estadual Cultura e Comunicação, que acabou dando início a uma retomada da TV Pernambuco com a criação da Empresa Pernambuco de Comunicação, em 2013 e à criação, em 2014, do comitê pernambucano do FNDC. Também foram realizados, em 2015 e em 2019, dois encontros estaduais de direito à comunicação em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e com o CCLF. Em ambos participaram estudantes, jornalistas independentes, trabalhadores de ONGs e ativistas de sindicatos e de movimentos sociais e culturais.

Por fim, Moraes também aponta a ação do movimento como importante no impacto dos currículos das faculdades e no surgimento de novos coletivos independentes:

O diálogo permanente com a academia e grupos populares acabou trazendo o tema do direito à comunicação para praticamente todas as grades curriculares do Estado e estimulou a implementação de coletivos independentes que utilizam as ferramentas que possuem para disputar narrativas na radiodifusão e no ambiente virtual (MORAES, 2018, p. 102).

Para entender melhor o contexto das políticas de comunicação na Bahia, entrevistamos o Prof. Dr. Pedro Caribé como fonte primária na nossa tese de doutorado<sup>3</sup>. Para ele, o Estado da Bahia acompanha o cenário nacional, com mais articulação dos movimentos de comunicação desde a década de 2000, a partir de uma maior expansão do acesso à internet.

Antes disso, segundo o professor, o que se tinha era um panorama tecnológico e político de *coronelismo eletrônico* e imprensa tradicional ainda pujante. Em paralelo, havia algumas iniciativas de jornais independentes, jornais anarquistas, como o Província da Bahia, e jornais de esquerda, no esteio dos resquícios de resistência ao regime militar dos anos 1970 e 1980. Alguns jornalistas, na imprensa tradicional, conseguiam ter mais autonomia e pautar, de dentro da redação, temas mais ligados à liberdade de expressão e democracia.

A partir da década de 2000, ainda segundo o pesquisador, havia, por um lado, maior fortalecimento do próprio movimento estudantil de comunicação, com a criação da Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (Enecos), com debates sobre as pautas de coronelismo eletrônico e de democratização da comunicação. Por outro, havia o surgimento de organizações não-governamentais em Salvador e em algumas cidades do interior pautando as questões da comunicação, como o próprio Instituto Mídia Étnica (IME) e a ONG Cipó, que atuava com ações educacionais<sup>4</sup> na capital.

Em Feira de Santana, no Sertão, e na região sisaleira<sup>5</sup>, compreendendo as cidades

---

3 Pedro Caribé é baiano, jornalista, doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (UNB) e um reconhecido articulador do movimento de comunicação em níveis estadual e nacional, atuando mais diretamente entre 2006 e 2015. É responsável pelo Coletivo Bahia 1798, que mapeia grupos de mídia independente em todo o Estado da Bahia.

4 Campo de estudos da Área de Ciências da Comunicação que busca relacionar a interface entre as áreas de comunicação e de educação, voltando-se para educação para as mídias e atuando na proposição de políticas públicas.

5 Território conhecido pela produção agrária da fibra do sisal, fio utilizado para confecção de artesanato.

do entorno — Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité, Retirolândia —, o movimento de articulação de rádios comunitárias locais era estruturado e capitaneado pelo trabalho da ONG Movimento de Organização Comunitária, o MOC. Ao mesmo tempo, Caribé (2019) aponta que a década de 2000 indicava o surgimento de cursos de comunicação nas universidades estaduais, em cidades como Vitória da Conquista, Juazeiro, Ilhéus, Itabuna, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) que, além da interiorização, já atuava na área há algum tempo, além dos próprios cursos de comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

As universidades particulares, como a Jorge Amado (Unijorge) e alguns professores e jornais laboratórios também traziam algumas experiências de formação mais experimental. Esse era o panorama, a seu ver, que fomentava a articulação de um movimento local pela democratização da comunicação.

Ainda segundo a mesma fonte, o FNDC se organizava localmente, até por volta de 2006, a partir do sindicato dos bancários, sindicato dos jornalistas e militantes de partidos políticos, como o PCdoB. Nacionalmente, começava-se a discutir a I Confecom, no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos do Congresso Nacional. No Estado da Bahia, em 2007, com a chegada ao poder de um governo estadual de esquerda, do PT, começavam a se articular conferências estaduais em diversas áreas dos direitos sociais.

A Conferência Estadual de Comunicação da Bahia aconteceu em 2008 e a Bahia foi o único estado brasileiro a conseguir realizar essa conferência em nível estadual, servindo de referência para o debate nacional, que viria a acontecer em 2009. O governo estadual saiu da I Confecom com o compromisso de ter um Conselho Estadual de Comunicação, o que só foi viabilizado em 2012 e teve duas gestões, com rodas de diálogos, escutas das comunidades e participação de representantes do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), das secretarias estaduais e da sociedade civil, como representação local do coletivo Intervezes e de ONGs. Da primeira para a segunda gestão houve uma certa desmobilização da participação da sociedade civil, reflexo da desmobilização também em outras frentes de participação.

Sobre essa desarticulação, Caribé (2019) afirma:

A gente vai se desarticulando, essa mobilização maior também foi perdendo, porque mídia independente, alternativa, comunitária, ela vai enfraquecendo, ela se desfaz, as ONGs foram enfraquecendo... Os estudantes são fluidos, eles modificam a cada dois anos, é um panorama bem diferente, porque muda a geração. Dois, três anos, no máximo e você já tem um outro panorama, já não são ser os mesmos estudantes, eles já não participam do processo (CARIBÉ, 2019).

Para Caribé (2019), a desmobilização do formato de conselhos e a desarticulação das políticas públicas de cultura, nos dias atuais, são reflexo também do panorama nacional de ascensão de governos liberais, especialmente, na esfera federal.

## LINHA DO TEMPO DOS MOVIMENTOS DE MÍDIA INDEPENDENTE

Se a imprensa oficial se instaura no país a partir da chegada da Coroa Portuguesa, em 1808 — e antes, além da falta de periódicos, não havia tipografias, serviços telegráficos, bibliotecas ou quaisquer outros meios de comunicação registrados —, nem por isso brasileiros deixavam de produzir e acessar informação, de uma forma ou de outra, utilizando-se de meios *alternativos* para isso, já no século 18 (BARBOSA, 2013; SODRÉ, 1999).

Ao lançarmos um olhar para a História do Jornalismo no Brasil podemos observar que tanto Pernambuco quanto Bahia são vanguarda nas experiências de mídia independente. A primeira tentativa de se imprimir um jornal alternativo foi em Pernambuco, datando-se de 1707, quando um prelo foi impedido de funcionar pela autoridade colonial. Pernambuco também foi pioneiro em experiências de mídia negra, sendo o primeiro jornal, *O Homem de Côr*, publicado em 1876 (PINTO, 2007).

Uma das principais lideranças da Revolução Pernambucana de 1817, Frei Caneca fundou e redigiu o jornal *Tiphys Pernambucano*, que contestava os poderes instituídos, incitava a luta pela independência e inspirou a Confederação do Equador, mais um levante libertário de dimensão nacional. Tal é a importância deste marco histórico que o nome de Frei Caneca inspirou o nome da primeira rádio pública municipal do Recife, sobre a qual relatamos acima.

Pode-se afirmar que uma das primeiras experiências comunicacionais coletivas foi aquela vivenciada na Revolta dos Búzios, ou Revolta dos Alfaiates, em Salvador. A Revolta dos Búzios é considerada um marco na formação do país porque é quando se propõe, pela primeira vez, a independência e igualdade racial conjuntamente, em 1798. Um dos elementos da Revolta dos Búzios foi a distribuição dos chamados pasquins sediciosos, panfletos nas portas das casas das pessoas, no dia 12 de agosto de 1798. Assim, a palavra escrita e impressa ganhava espaço nas ruas e nas portas das residências e estabelecimentos comerciais (CARIBÉ, 2019; PINTO, 2007; MATTOS, 1998).

Ainda sobre a Revolta dos Búzios, ele afirma:

A Revolta dos Búzios envolvia comerciantes, gente ligada à Revolução Francesa, disputa por protetorados na África, a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro, a recente Revolta do Haiti, feita por escravizados. Então, nessa conjunção, a *elite brasileira* sabia que, para fazer uma revolução, uma tomada de poder, para ter apoio popular nas manifestações, para o povo entrar em cena, era importante fazer alterações na ordem política e econômica, que faz parte das revoluções burguesas europeias. E o caldo popular em Salvador era de gente negra, de origem africana (CARIBÉ, 2019, grifos nossos).

Trata-se do final do século 18, antes da Revolta dos Malês<sup>6</sup>. Então, “a Revolta dos

---

6 Levante protagonizado por negros escravizados em Salvador, em 1835, liderado, em sua maioria, por malês (origem islâmica), contra a escravidão. É considerada uma das principais rebeliões, dentre os movimentos sociais nacionais. Sobre movimentos sociais populares no Brasil, ver: GOHN, M. **História da luta dos movimentos e lutas sociais**: a

Búzios é um marco de liberdade de expressão, e mostra como as iniciativas, no caso da Bahia, protagonizadas por pessoas negras, são as iniciativas do ponto de vista mais *radicais*, no enfrentamento do cerceamento da liberdade de expressão” (CARIBÉ, 2019, grifos nossos).

## EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO EM COLETIVOS DE COMUNICAÇÃO HOJE

Para além desses movimentos, de lá para cá foram muitas as experiências de mídia alternativa ou independente e, nos dias atuais, ambos os estados contam com um número expressivo de dezenas de coletivos e grupos que se autodeclaram realizadores de comunicação independente/popular/alternativa/comunitária.

Um desses grupos é a Agência de Notícias das Favelas (ANF), que chega ao Recife em 2019, numa tentativa de regionalizar a experiência já bem-sucedida iniciada no Rio de Janeiro. Fundada em janeiro de 2001 pelo jornalista André Fernandes, foi logo reconhecida pela Agência Reuters como a primeira agência de notícias de favelas, em nível internacional. Em 2005, a ANF foi instituída como uma ONG para levar adiante a luta pela democratização da comunicação *da favela para o mundo*, tendo como protagonistas seus próprios moradores. Sua missão é “estimular a integração e a troca de informações entre as favelas, com a finalidade de melhorar, por meio de formação de uma grande rede de colaboradores, a qualidade de vida do povo” (FERNANDES, 2018).

A ANF conta com site, mídias sociais e um jornal impresso, o *Jornal A Voz da Comunidade*, com tiragem de 100 mil exemplares e circulação no Rio de Janeiro e na Bahia, onde também conta com um braço regional. Sua entrada em Pernambuco se deu a partir de um curso de extensão em comunicação, em parceria com a Unicap, para o desenvolvimento de uma Rede de Agentes Comunitários de Comunicação (RACC).

A *Alma Preta Jornalismo* é uma agência de jornalismo especializada em pautas antirracistas, criada em 2015, em São Paulo. Declara-se, assim, como um coletivo de universitários e comunicadores negros com o objetivo de “construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através de jornalismo qualificado e independente” (ALMA PRETA JORNALISMO, 2021).

Em 2020, a *Alma Preta Jornalismo* passa a contar com uma repórter local (jornalista de formação) para cobertura de pautas no Recife, com ênfase nas pautas raciais. Em 2021, contrata equipe local em Salvador (repórter e *videomaker*) para ampliar sua cobertura jornalística no Nordeste. Como afirma em seu site:

Em 2020, tivemos um aumento de mais de 100% na arrecadação da nossa campanha do Catarse<sup>7</sup>, o que permitiu a contratação de novos profissionais e a expansão da cobertura. Repercutimos acontecimentos importantes para toda a sociedade [...] pautas que somem rapidamente da mídia tradicional,

---

construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1995.

<sup>7</sup> Plataforma de financiamento colaborativo.

como a morte do menino Miguel<sup>8</sup>, no Recife [...]. Não somos uma mídia tradicional, nem pretendemos ser (ALMA PRETA JORNALISMO, 2021).

Na Bahia, como indica o próprio mapeamento do Coletivo Bahia 1798, os grupos e coletivos seguem em constante movimento em defesa de seus direitos, é *orgânico*, como a razão de ser todo movimento social. Como dito antes, a Agência de Notícias das Favelas (ANF) passou a atuar em Salvador em 2019, após o curso de comunicação realizado para formação de uma rede de comunicadores — mesmo projeto realizado no Recife —, estruturando-se com sede no bairro da Paz, periferia da cidade. “O jornal produzido em Salvador, conseguiu se disseminar por vários pontos da cidade, região metropolitana e interior do estado, e também para os estados onde os colaboradores enviavam as pautas como Ceará, Paraíba, Recife e Rio Grande do Norte” (ANF, 2021).

Também em 2019, a Mídia Ninja aporta em Salvador, para mais um braço regional, a partir da Casa Ninja Bahia<sup>9</sup>, um espaço físico para encontros, reuniões, eventos e manifestações artísticas, no bairro do Rio Vermelho, conhecido bairro boêmio e turístico da capital.

Sobre as experiências nascidas na Bahia, vale destacar a *Revista Afirmativa*, iniciativa de três estudantes negros do Curso de Jornalismo do *campus* de Cachoeira<sup>10</sup>, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). O coletivo de mídia negra foi fundado em 2013 e, em 2014, surge a primeira edição da revista impressa apresentando um apanhado histórico, de conjuntura e perspectivas da luta por ações afirmativas no Brasil. O veículo multimídia é composto por jornalistas e outros comunicadores, que atuam na militância pelo direito à comunicação da comunidade. Diz o seu site:

É nossa missão, através da comunicação, construir um novo imaginário sobre a população negra na sociedade brasileira, visando o fortalecimento da auto estima do nosso povo, violado de tantas formas pela ação do racismo, dentre elas, a falta de referenciais positivos nos meios de comunicação. É nosso compromisso denunciar o racismo em todas as suas nuances, bem como todo tipo de violação de direitos humanos. Nossas produções também prezam por visibilizar as formas criativas de resistências e solidariedade entre negras e negros (REVISTA AFIRMATIVA, 2020).

---

8 No início da pandemia de COVID-19, em junho de 2020, foi emblemático o caso da morte do menino Miguel, de cinco anos, após cair do nono andar de um prédio de luxo no Recife. Filho de uma trabalhadora doméstica, o garoto teria sido negligenciado pela patroa da mãe, responsável, na ocasião, pela supervisão da criança. O caso suscitou diversas manifestações públicas, sobretudo do movimento negro e das trabalhadoras domésticas, gerando debate sobre a precariedade das condições do trabalho doméstico na pandemia e sobre o descaso com vidas negras. A *Alma Preta Jornalismo* foi o primeiro veículo a repercutir nacionalmente o caso.

9 Além da Casa Ninja Bahia, no mesmo período, a Mídia Ninja criou o seu primeiro projeto no Norte do país, a Casa Ninja Amazônia, no Amazonas. Assim, além da predominante atuação no Sudeste, passa a atuar mais diretamente nas regiões Norte e Nordeste.

10 O município de Cachoeira fica localizado no Recôncavo Baiano e abriga o *campus* de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, com os cursos de Jornalismo, Artes Visuais, Letras, Cinema, dentre outros. O município também é conhecido por concentrar grande número de terreiros de religião de matriz africana e por ser o lugar onde surgiu a Irmandade da Boa Morte, no século 19, rede de articulação entre mulheres negras que, apoiadas pela Igreja Católica e pelas casas de axé, organizavam-se socialmente e economicamente para alforriar negros escravizados em toda a Bahia. A confraria existe até hoje, com as mais velhas que realizam a Festa da Boa Morte, celebração de cultura popular que recebe pessoas de todos os lugares do mundo, no mês de agosto.

Em 2015, a *Revista Afirmativa* foi agraciada com o Prêmio Mídia Livre, do Ministério da Cultura. No mesmo ano, foi selecionada pelo intercâmbio *Community Journalism*, organizado pelo Consulado dos Estados Unidos no Brasil, e o Instituto Mídia Étnica (IME), em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo coletivo e pela revista.

Em 2016, a revista lançou o I Prêmio de Jornalismo Afirmativa, para premiar e visibilizar produções de estudantes e jornalistas negros. Já em fevereiro de 2020 realizaram o intercâmbio Narrativas Transnacionais de Mulheres Negras, visitando os países Porto Rico e Costa Rica para troca de experiências com mídias negras e feministas. Em março do mesmo ano, lançaram o Lab Afirmativa de Jornalismo — Respeita a Favela, o *primeiro laboratório de jornalismo em mídia negra do Brasil* (REVISTA AFIRMATIVA, 2020, grifos nossos).

Mais um coletivo soteropolitano que gostaríamos de pontuar, aqui, é o já citado Desabafo Social, por ser um interessante caso de experimentação em *modelo de negócio*<sup>11</sup>. Criado pela comunicadora e empreendedora Monique Evelle<sup>12</sup> como grêmio estudantil, quando ainda era uma jovem do Ensino Médio, em 2011, tornou-se organização social em 2012, com foco de atuação em comunicação e direitos humanos. Em 2019, os sócios *experimentam* um novo modelo: um projeto editorial com imersão em temas que impactam o comportamento e as relações humanas, visando estimular a criação de soluções, um laboratório de tecnologias sociais aplicadas à geração de renda, comunicação e educação (DESABAFO SOCIAL, 2020).

Outro projeto interessante de ser apresentado é o Projeto Jornalismo Griot, da jornalista baiana Sueide Kintê<sup>13</sup>, em que publica, na rede social *Instagram*, entrevistas e reportagens em vídeo sobre conhecimentos da cultura popular local, como informações sobre banhos de ervas e chás, culinária tradicional, conversas com *iyalorixás*<sup>14</sup>, entre outros conteúdos com temáticas similares.

Ao nomear a iniciativa, ela aproxima o conceito do *jornalismo* ao *griot*, termo que remete ao guardião da história oral de um povo. O projeto, entretanto, desenvolve atividades de forma mais esporádica, sem uma periodicidade tão definida.

---

11 Vale destacar aqui que falar sobre *modelos de negócio* no jornalismo independente não é o interesse de nossa pesquisa. Sobre isso, recomendamos a leitura da dissertação de Daniela Lacerda, defendida em 2016 pelo PPGCOM/UFPE. Ver: Lacerda, D. **O jornalismo digital independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida**. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Recife, 2016.

12 Monique Evelle atuou como repórter no programa *Profissão Repórter*, projeto de jovens jornalistas liderado por Caco Barcellos, na Rede Globo, entre 2017 e 2018. Hoje, além da Desabafo Social, está à frente da comunidade Inventivos, *startup* voltada para aprendizagens sobre o futuro do trabalho. É dela a palestra do *TEDx Talks* “O mito de ser feliz fazendo o que se ama”, sobre a precarização do empreendedorismo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ObO3lfhzl4I>.

13 Sueide Kintê é uma jornalista reconhecida no estado da Bahia por sua atuação como repórter na TVE e também por sua atuação no movimento de comunicação. Foi uma das conselheiras na primeira gestão do Conselho Curador de Comunicação Social do Governo da Bahia.

14 Sacerdotisas religiosas do candomblé.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa qualitativa e exploratória foi realizada a partir de estudo bibliográfico e técnicas combinadas de estudo das ciencias sociais, como visitas de campo e entrevistas semiestruturadas e em profundidade com representantes de coletivos de comunicação e cultura atuantes em Pernambuco e na Bahia, entre 2019 e 2020. A partir daí, os grupos respondentes foram classificados a partir das categorias *inovador*, *educador*, *empreendedor/produtor*, *colaborativo/em rede*.

Os discursos dos informantes revelam tensões quanto ao termo *empreendedorismo* pela relação direta a um conceito ligado ao *stablishment*, ou seja, à manutenção das estruturas de poder. No entanto, embora o termo seja rejeitado pela maioria — apenas uma das entrevistadas o utiliza de forma mais habitual —, ele é utilizado mais comumente não como um sinônimo de ser um negócio ou empresa, mas como diversas formas de produzir, de fazer projetos e produtos que viabilizem a sustentação e a sobrevivência dos coletivos em si. Assim, a categoria *empreendedor/produtor* aparece como pertinente para demonstrar essa interface entre os diferentes papéis exigidos pelo trabalhador do coletivo jornalístico cultural.

Além das colaborações entre os pares, na categoria *formador/educador*, apontam-se as parcerias com as universidades como estímulo tanto para o surgimento (a partir de grêmios estudantis, diretórios, disciplinas, projetos de extensão e de iniciação científica, laboratórios de redação e de criação, intercâmbios), quanto para o aprofundamento na compreensão do fenômeno, a partir das pesquisas, ações que tanto auxiliam na sustentação dos grupos quanto retroalimentam a criação de novos, proporcionando ser a universidade o espaço propício para a experimentação de *modos de fazer* para estudantes e novos jornalistas.

Outro achado de pesquisa foi o do papel das organizações não-governamentais para estimular a criação desses grupos por meio de oficinas de formação; fortalecê-los a partir de projetos, parcerias, pesquisas, ações. A relação anterior com ONGs, movimentos sociais e espaços de experimentação nas universidades aparecem como condicionantes do surgimento dos grupos e coletivos, mas não enquanto estruturantes para sua continuidade. O estudo apontou, ainda, que os grupos que melhor se organizam e têm maior sobrevivência (tempo de atuação) se articulam em redes de solidariedade junto a outros grupos, comunidades ou mesmo instituições, e estão em constante “movimento”, ou seja, se re-organizam e se reinventam, de forma criativa e inovadora.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS — ANF. **ANF 20 anos**: o início da expansão pelo Nordeste a partir de Salvador. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/anf-20-anos-o-inicio-da-expansao-pelo-nordeste-a-partir-de-salvador/>. Acesso em: 15 jan. de 2021.

ALMA PRETA JORNALISMO. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com/quem-somos/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARROS, J. V. **Conglomerados midiáticos regionais**: os meios de comunicação como meios de produção na territorialização do capital. 2019. 206f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Paulo, 2019.

CARIBÉ, P. **Pedro Caribé**: depoimento oral [jan. 2019]. Entrevistadora: Mariana Reis. Salvador.

DESABAFO SOCIAL. **Quem somos**. Disponível em: <https://desabafosocial.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FNDC. **Quem Somos**. 2019. Disponível em: <http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa de Opinião Pública**: Democratização da Mídia. Fundação Perseu Abramo, 2013.

INTERVOZES. **Quem Somos**. 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

LIMA, V. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

MORAES FILHO, I. “O que temos em comum”. A democratização da comunicação como desafio. In: REIS, M. F.; ALENCAR, R. S. A. (Orgs.). **Existir e Resistir**: 45 anos de luta pela radicalização da democracia. 1. ed. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2018.

REIS, M. F. **Comunicação, Cultura e Mobilização Comunitária**. Curitiba: Appris, 2018.

REVISTA AFIRMATIVA. **Quem Somos**. 2020. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/quem-somos/>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

PINTO, A. F. M. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX. 2007. 197f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2007.